



GRUPOS TERAPÊUTICOS COMO FERRAMENTA DE CUIDADO: ANÁLISE COM USUÁRIOS ACOMETIDOS DE TRANSTORNOS MENTAIS NOS CAPS

Alekssandeson José Martins da Silva¹
emanoelfases@gmail.com

Cássia Emanuele Correia de Melo²
emanoelfases@gmail.com

Emanoel Feliciano Alves de Souza³
emanoelfases@gmail.com

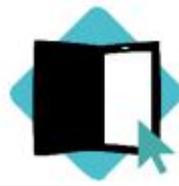
Josivete Maria do Nascimento Ferreira⁴
josivete.ferreira@estacio.br

RESUMO: A Elaboração da seguinte pesquisa surge do interesse dos autores em explorar a atenção a saúde mental pelo setor público, considerando todas as experiências e aprendizados vividos durante a graduação em psicologia. Procurando investigar a relação dos grupos terapêuticos no tratamento de usuários acometidos de transtornos mentais, observando esse cuidado nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A temática do grupo terapêutico e sua função na rotina dos CAPS, mostra-se relevante para o desenvolvimento da boa prática da psicologia, aquela que entende o cuidado integral do sujeito. Os grupos terapêuticos propõem que as subjetividades sejam manifestadas coletivamente, trazendo uma atenção à saúde contextual. O Presente estudo traz o papel dos CAPS no cuidado da saúde mental no Brasil, comentando sobre como os grupos terapêuticos podem influenciar nesse processo, sendo agentes de evolução do PTS (Projeto Terapêutico Singular), sendo estes cruciais para funcionamento dos CAPS. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre como os grupos terapêuticos atuam como ferramenta de cuidado no tratamento de usuários de CAPS, revelando as experiências exitosas quanto a esse espaço de tratamento, manifestando os sucessos e percalços desse caminho. Tendo como objetivo trazer o uso de grupos terapêuticos no Projeto Terapêutico Singular (PTS) de usuários acometidos de transtornos mentais nos CAPS do tipo I, II e III. Esse estudo procura apresentar essa relação, colocando como o grupo terapêutico pode ser uma proposta de intervenção exitosa para o cuidado em saúde mental, valorizando a singularidade do usuário no serviço. Em como uma proposta de construção coletiva pode desenvolver a identidade e protagonismo das pessoas, atuando de forma terapêutica no tratamento dos participantes dos grupos.

Palavras-chave: Grupos Terapêuticos; CAPS; PTS.

^{1, 2, 3} Discente do curso de Educação Física do Centro Universitário da Estácio do Recife.

⁴ Docente do curso de Educação Física do Centro Universitário da Estácio do Recife



ABSTRACT: The elaboration of the following research arises from the authors' interest in exploring mental health care by the public sector, considering all the experiences and learnings experienced during graduation in psychology. Seeking to investigate the relationship of therapeutic groups in the treatment of users suffering from mental disorders, observing this care in the Psychosocial Care Center (CAPS). The theme of the therapeutic group and its role in the routine of CAPS is relevant for the development of good practice in psychology, one that understands the integral care of the subject. Therapeutic groups propose that subjectivities be manifested collectively, bringing attention to contextual health. This study brings the role of CAPS in mental health care in Brazil, commenting on how therapeutic groups can influence this process, being agents of evolution of the PTS (Singular Therapeutic Project), which are crucial for the functioning of CAPS. This is a literature review on how therapeutic groups act as a care tool in the treatment of CAPS users, revealing the successful experiences regarding this treatment space, showing the successes and setbacks of this path. Aiming to bring the use of therapeutic groups in the Singular Therapeutic Project (PTS) of users suffering from mental disorders in CAPS type I, II and III. This study seeks to present this relationship, showing how the therapeutic group can be a successful intervention proposal for mental health care, valuing the uniqueness of the user in the service. How a proposal for collective construction can develop people's identity and protagonism, acting in a therapeutic way in the treatment of group participants.

Keywords: Therapeutic Groups; CAPS; PTS.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo é salientar a relação do uso dos grupos terapêuticos como ferramenta de cuidado no tratamento de usuários acometidos de transtornos mentais acompanhados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Este serviço de saúde configura-se como locais de abordagem do cuidado integral da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Atuam na promoção da saúde, sendo um serviço aberto a população, tendo um sentido territorial e comunitário. Constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental (BRASIL, 2013).

O cuidado será entendido aqui como na lógica da atenção básica, uma ideia territorial de um sujeito. A Atenção Básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral (BRASIL, 2013, p. 19). Sendo uma porta de entrada preferencial ao SUS (Sistema Único de Saúde), atua também na atenção à saúde mental em parceria com os CAPS. Essa lógica de tratamento é resultado de uma longa construção que busca priorizar o cuidado em liberdade. Uma mobilização de usuários, familiares e trabalhadores da Saúde iniciada por volta da década de 1970, tendo resultado a atual política de saúde mental do País (BRASIL, 2013).

A RAPS surge do movimento chamado de Reforma Psiquiátrica Brasileira iniciado nos anos 70, sendo este processo caracterizado como um novo começo para se pensar a saúde mental no país. Com o avanço da Reforma, se observou uma ampliação da Rede de Saúde Mental, enfatizando a territorialidade de um cuidado em liberdade, com a paralela desvalorização de um tratamento manicomial. (BERNARDI *et al.*, 2015, p.2). Os CAPS emergem do advento desse movimento, como forma de reponder a esse novo jetio de atenção a saúde mental no Brasil, a valorização da pessoa enquanto protagonista do seu tratamento (CONSTANTINIDIS, 2018).



Eles surgem como serviços substitutos dos hospitais psiquiátricos, tendo como base o advento da reforma psiquiátrica e construção da RAPS. Pensando na tarefa de efetivar a transição de um modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico para um modelo de atenção comunitário (RAMMINGER; BRITO, 2012). Seguindo a lógica de um dispositivo de saúde que priorize o cuidado no território do usuário, em detrimento do modelo asilar proposto pelos hospitais psiquiátricos. É um serviço aberto e comunitário do (SUS), com objetivo de acolher as pessoas que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes, num dado território (RAMMINGER; BRITO, 2012, p. 151).

Os CAPS atendem à demanda da população, considerando o perfil dos usuários atendidos pelo serviço, contextualizando suas vivências. Atendendo também usuários com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial e são substitutivos ao modelo asilar (BRASIL, 2013).

Esse serviço tornou-se fundamental para um atendimento em rede, integrando a saúde mental aos demais dispositivos de saúde. Se organizam em 5 tipos: CAPS I, CAPS II e CAPS III, CAPS AD, para usuários de álcool e outras drogas, e o CAPSi, para o público infanto-juvenil, se fala aqui à ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional (BERNARDI *et al.*, 2015, p. 2). Este estudo focará nos CAPS que oferecem cuidado a usuários acometidos de transtornos mentais.

Uma das ferramentas de cuidado usadas nestes serviços de saúde, são os grupos terapêuticos, são os espaços em que juntos os usuários tem a possibilidade de discutir e ouvir sobre as diferentes vivências de cada participante, elaborando em conjunto seus anseios e expectativas. O grupo terapêutico potencializa as trocas dialógicas, o compartilhamento de experiências e a melhoria na adaptação ao modo de vida individual e coletivo (BENEVIDES, 2010, p.2).

Acerca das vantagens da terapia em grupo, Bechelli e Santos (2004) mostram que grupos terapêuticos favorecem o trabalho com psicoeducação em casos de transtornos psiquiátricos ou psicológicos facilitando a intimidade entre seus membros e oferecendo apoio ao semelhante. Os grupos terapêuticos além de servirem para a resolução de problemas que se assemelham dentro do grupo, redução do isolamento social e do estigma que o paciente impõe sobre si mesmo em relação a sua condição de sofrimento, ele facilita a grande demanda que os psicoterapeutas tem nos CAPS, tendo em vista que o número de pessoas necessitadas de atendimento psicológico é bem maior que o número de psicólogos nessas instituições.

O funcionamento do grupo terapêutico se inclui nos grupos operativos, segundo Pichon-Rivière (1991), o grupo está paralelo ao desenvolvimento de um grupo familiar por exemplo. Zimerman (2000) diz que tal ação condiz como “conjunto de pessoas reunidas por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe, implícita ou explicitamente, uma tarefa que constitui sua finalidade” (p. 157). Nos grupos operativos terapêuticos ocorre fundamentalmente a busca de melhoria de alguma situação de patologia dos indivíduos, seja no plano da saúde orgânica, ou no campo psíquico (ZIMERMAN, 2007).



A ideia do Grupo Operativo enquanto terapêutico tem por motivação facilitar aos sujeitos participantes acesso a um espaço que o auxilie na caminhada da aprendizagem, considerando toda e qualquer faceta, num processo de reorganização, estruturação e reestruturação (BASTOS, 2010). A essa técnica de grupos operativos pressupõe uma tarefa explícita, podendo ser um tratamento ou aprendizagem; uma implícita, que é a maneira como cada integrante do grupo irá vivenciar o grupo (SOUZA *et al.*, 2021 p.3). No enquadre, composto por elementos fixos, se fala aqui do tempo, quanto a duração das sessões, a assiduidade da realização dos encontros, o espaço, a atuação dos papéis de coordenador, observador, e participantes do grupo (BASTOS, 2010).

Um Grupo Operativo possui, basicamente, três momentos, sendo eles: a pré-tarefa, tarefa e projeto, pré-tarefa, que é caracterizada pela resistência a inicialização da tarefa, isso porque o desconhecido produz medos e insegurança (SOUZA *et al.*, 2021 p.3). Nesse sentido a tarefa é o período em que o grupo consegue elaborar as situações de medo ansiedade elucidado pela novidade e se integrar numa mudança, tendo antes disso a organização dos objetivos iniciais. (ZIMERMAN; OSORIO, 1997).

As oficinas são outro modo de funcionamento grupal presente na literatura quando se fala nos CAPS (MENEZES; PEGORARO, 2019). Assim como o desenvolvimento de um grupo operativo, elas também facilitam tarefas de mudança e de protagonismo, atuando como estrutura que coloca o usuário como participante ativo do seu processo terapêutico. Construindo, acompanhado, sua trajetória, na instituição e na vida, escolhendo aqueles espaços e linguagens que lhe fizessem sentido ou que lhe proporcionassem a construção de algum sentido (LIMA, 2004, p.13). As oficinas atuam de forma terapêutica, paralelamente a realização dos grupos, elas são parte da rotina de um CAPS, existindo como mais um espaço de expressão do usuário.

Há uma relação simbiótica entre a realização de um grupo e das oficinas nos CAPS, juntos, essas duas ferramentas propiciam ao usuário um empoderamento quanto a seu tratamento. Em muitas ocasiões a oficina acontece no mesmo horário e espaço do grupo, sendo um complementar ao outro, nos CAPS nenhuma prática atua isoladamente. A oficinas falam de diversas práticas que contribuam para a integração do sujeito com serviço e sua identidade. Fala-se aqui de experiências terapêuticas de cunho expressivo-criativo, vindas por abordagens diferentes, como as psicodinâmicas, estéticas e sociais, com diferentes linguagens, artísticas, artesanais, agrícolas e culturais (LIMA, 2004).

Sobre os transtornos mentais que circulam por essa dinâmica de serviço de saúde mental e atenção psicossocial, é primordial atentar ainda mais ao contexto do usuário. É importante e mais útil que os transtornos sejam definidos segundo sistemas internacionais como DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e o CID-11 (Classificação Internacional de Doenças), por profissionais experientes (DALGALARONDO, 2019). Considera-se um diagnóstico multidimensional e que no seu decorrer englobe as profissões envolvidas na saúde mental. Podendo acontecer o fato de poucas informações sobre o usuário existirem, havendo a necessidade de integralizar a literatura disponível e uma análise multifatorial.



No Brasil, ocorre uma frequência de transtornos mentais que parece ser consideravelmente elevada, principalmente quando se olha para os centros urbanos (DALGALARONDO, 2019). Sendo os mais frequentes: Dependência de álcool; depressão maior; transtorno bipolar (tipo I e tipo II); algum transtorno de ansiedade ou fobia; transtorno de pânico; transtorno obsessivo compulsivo e o transtorno de estresse pós-traumático. Num estudo feito com 5.037 pessoas entre 15 e 75 anos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro revelou que pelo menos 29,6% tem algum transtorno mental, onde 33,9% são casos graves (ANDRADE, *et al.*, 2002).

Cabe também diferenciar síndrome e transtorno, levando em consideração o tempo de duração dos sinais e sintomas por exemplo. Sendo a síndrome, os conjuntos de sinais e sintomas que se agrupam de forma recorrente e são observados na prática clínica diária (DALGALARONDO, 2019). A característica recorrente observada no transtorno mental se dá pela sua prevalência, e deve-se lembrar que cada um apresenta um período diferente. Na avaliação psiquiátrica sobre estes aspectos, a história do sujeito será considerada, atentando para: Identificação; queixa principal; história da doença atual; história pessoal; história familiar; história patológica progressiva (antecedentes mórbidos) e exame psíquico.

O exame do estado mental e o estabelecimento do diagnóstico considera as alterações senso perceptivas, observando também exames complementares, na entrevista é possível identificar: Identificar o sujeito; observar sua queixa principal e história da doença atual; seus antecedentes psiquiátricos; como está seu relacionamento e dinâmica familiar; exame físico e psíquico; sua história de vida; desenvolver a hipótese diagnóstica e desenvolver o planejamento terapêutico. Ou seja, a identificação de um usuário acometido de algum transtorno mental ocorre sempre relacionando cada aspecto das suas vivências, não apenas as estatísticas que definem o transtorno (DALGALARONDO, 2019).

O planejamento terapêutico é entendido aqui como Projeto Terapêutico Singular (PTS), sendo este uma forma de atuação que fundamenta o uso dos grupos terapêuticos na rotina dos CAPS, que rege a forma com que esses serviços funcionarão, O PTS pode ser definido como uma estratégia de cuidado que articula um conjunto de ações resultantes da discussão e da construção coletiva de uma equipe multidisciplinar (BRASIL, 2013). Ele considera as necessidades e expectativas do usuário, o vendo de forma integral, sendo assim, cada usuário receberá a devida atenção necessária. Ele terá uma rotina no serviço e vai participar dos grupos, oficinas e outras atividades que o serviço oferece além do atendimento individual e da consulta psiquiátrica.

O PTS facilita a construção do vínculo, fator de grande importância para a atenção a saúde mental de forma integral, atua com o diagnóstico situacional, onde o acolhimento e escuta empática serão as principais ferramentas de intervenção. O diagnóstico situacional pressupõe o contato com uma pessoa, família, grupo ou coletivo em que o acolhimento empático e a escuta cuidadosa e sensível favorecem o vínculo (BRASIL, 2013, p. 57). Sendo este o sentido de funcionamento dos CAPS, na qual o sujeito é protagonista do seu tratamento, estes serviços de saúde vão considerar estes usuários como pessoas passíveis de cuidado, não delimitando uma única forma de zelar pelo PTS de cada um.



É interessante observar como o PTS, algo crucial para o tratamento desses usuários, é fortalecido nos grupos terapêuticos. Essa ferramenta atua fortalecendo o elo social desses indivíduos, trazendo sentimento de pertencimento e acolhimento no serviço. O grupo é entendido pelos usuários como um lugar de ajuda, onde debatem a necessidade de ajudar a si próprios e pedir ajuda quando precisam (CARDOSO, *et al.*, 2006, p.5). Nos Centros de Atenção Psicossocial não há uma ação de cuidado priorizada em relação as outras, cada momento atua para que os usuários recebam atenção a sua saúde mental de forma integral.

Os “Projetos Terapêuticos Singulares” (PTS) são instrumentos elaborados pelas equipes de saúde para orientação do cuidado integral aos usuários (RODOVALHO; PEGORARO, 2016, p. 1). Considerando a ideia que esse meio traz, os grupos configuram mais uma forma de afirmar a potência de um cuidado onde o usuário tem papel principal, sendo ele uma forma de atuação subjetiva dos sujeitos.

Sendo os grupos terapêuticos uma possibilidade de acolhimento quanto aos usuários, entende-se que ele se configura como uma importante ferramenta de cuidado, a presente pesquisa tem essa afirmação como motivação de investigação. Isto porque, através desses dispositivos pode-se intervir com ferramentas, as mais heterogêneas, que concorrem para a produção das subjetividades (LIMA, 2004, p. 14). Todo esse contexto acompanha o movimento de construção da singularidade do sujeito, considerando saúde mental e atenção psicossocial como a clínica do movimento. Processo remete a movimento, no sentido que alguma coisa está constante transformação enquanto caminha. (AMARANTE, 2007).

Sabe-se que esta ferramenta já está institucionalizada na rotina dos CAPS, o que se pretende é contextualizar o uso dessa ferramenta, para isso deve-se analisar os relatos de experiência sobre estas ferramentas. Averiguando esse cuidado integral e coletivo, suas dinâmicas e possibilidades. Tendo como objetivo investigar o uso de grupos terapêuticos no Projeto Terapêutico Singular (PTS) de usuários acometidos de transtornos mentais nos CAPS do tipo I, II e III.

2 METODOLOGIA

Estudo com abordagem qualitativa, tendo como fundamento revisar as produções que cercam a temática da pesquisa, buscando utilizar a relação entre elas como base de dados para inferir hipóteses. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p. 44). Esse tipo de método possibilita uma assertividade que pode ser melhor comparada, já que se trata de um estudo sobre o já produzido e identificado na área.



Foram utilizadas obras publicadas preferencialmente nos últimos 10 anos, a pesquisa teve como referência a pergunta norteadora: “Qual a influência dos grupos terapêuticos no tratamento de usuários acometidos com transtornos mentais nos CAPS?”. Foram usadas as palavras grupo terapêutico, CAPS, RAPS e PTS no momento da pesquisa dos artigos, o espaço da delimitação dos anos das publicações surgiu de acordo com o desenvolvimento do estudo. Foram priorizados artigos teóricos (pesquisa bibliográfica e ensaios), relatos de experiência e de pesquisa.

As fontes de acesso escolhidas para recolher essa base de dados foi: a SciELO (Scientific Electronic Library Online) Brasil, utilizando o Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC-BVS) e a Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc), além da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Também utilizando publicações em revistas que cercam o assunto, obras publicadas em outras fontes e periódicos semelhantes ao tema (teses, monografias, dissertações, capítulos de livros e livros), essa última fonte surgiu de acordo com a necessidade da fundamentação teórica do estudo, de se apoiar na literatura existente para basear a pesquisa.

Foram encontrados 30 artigos, destes, 10 foram aproveitados. Os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) utilizados foram: “Grupos terapêuticos nos CAPS” “A importância dos grupos terapêuticos” “funcionamento dos CAPS” “PTS e CAPS” “Grupos terapêuticos e PTS” “Transtornos mentais e CAPS” e “Saúde mental e grupos terapêuticos”. Foram consideradas obras publicadas em língua portuguesa, embarcando todos os anos de publicações, com prioridade as dos últimos 10 anos. Seguindo nas áreas temáticas: “Psicologia e saúde”, Saúde mental e Atenção psicossocial”, “psicologia social e saúde” “ciência e psicologia”, “multidisciplinaridade, saúde”, “grupos terapêuticos, CAPS”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ser humano é propenso a grupos, se desenvolvendo muitas vezes em pares, assim a ideia do grupo terapêutico como ferramenta de cuidado é válida quando utilizada em consonância com o PTS de cada usuário. Os CAPS configuram-se em serviços pautados na territorialidade e no cuidado em rede dos usuários, numa linha de raciocínio que enfatize o protagonismo do sujeito.

Os grupos terapêuticos estão inseridos na rotina desses serviços, colocados aqui como indispensáveis para um tratamento num CAPS, como observado nos artigos revisitados. Quando se trata desse tipo de atenção à saúde, se faz necessário facilitar a convivência com outros sujeitos, chegando assim a uma resignificação do tratamento dessas pessoas. Faz-se aqui necessário comentar brevemente sobre os preconceitos sofridos pelas pessoas acometidas de transtornos mentais, ocorrendo isolamento social e representação social de um cuidado antônimo a liberdade. Então, os grupos terapêuticos são sobretudo facilitadores de um resgate da liberdade dessas pessoas.



Um ponto importante sobre esse assunto é a construção do PTS dessas pessoas, foi interessante explorar na pesquisa como ele se dá na rotina de um CAPS. Esse processo respeita o princípio de integralidade, considerando toda forma de introdução do sujeito ao serviço, desde um acolhimento inicial até uma atenção a crise. O PTS é discutido em equipe, com o usuário ou responsável por ele e a cada ida do sujeito ao serviço ele é de certa forma renovada. O estudo mostrou que a relação sujeito e território também exerce influência sobre a construção do PTS, atuando aqui no pertencimento ou não que o usuário terá com o serviço.

Com isso, é necessário apontar os desafios que cercam o uso dessa ferramenta no cuidado dessas pessoas, como: a convivência ruim entre técnica e prática sobre os grupos terapêuticos; a alta procura do serviço oferecido pelos CAPS em paralelo a pouca oferta do mesmo; o desrepeito da ideia central do PTS pelos profissionais; o abandono ao tratamento pelo fator vulnerabilidade social e em alguns casos a não possibilidade do usuário acompanhar os grupos por demanda cognitiva. Esses foram os pontos principais encontrados como dificuldades para uso dos grupos terapêuticos no contexto observado pela pesquisa.

4 CONCLUSÕES

Os CAPS são espaços onde o tratamento dos seus usuários são realizados de forma contextual, respeitando a historicidade de cada um. Neste sentido, a introdução destes sujeitos na rotina de cuidado oferecido por esse serviço, deve respeitar as diferentes formas de atenção a saúde mental, sempre levando em consideração um PTS pautado na liberdade e na expressão dos usuários. É interessante observar como o protagonismo do usuário é primordial para o tratamento destas pessoas.

Com esse raciocínio, os grupos terapêuticos configuram-se em espaços que facilitam o desenvolvimento deste protagonismo, são os encontros dos grupos que facilitam as mudanças, os sujeitos crescem enquanto responsáveis pelo seu tratamento. Assim é possível identificar como os grupos terapêuticos são facilitadores de PTS, quando por exemplo são identificadas situações não observadas num atendimento individual. Outro aspecto analisado, é que mesmo com as divisões dos grupos nos CAPS considerando diagnósticos e faixa-etária, no desenvolvimento dos grupos terapêuticos a patologia não tem destaque, o papel principal é dado ao usuário. Os grupos são espaços de protagonismo destas pessoas.

Diante do exposto, é válido observar as dificuldades encontradas pelos serviços e profissionais para o bom desenvolvimento dos grupos terapêuticos, mas é notável como este tipo de intervenção traz benefício no tratamentos destes usuários. Cabendo aqui enfatizar que a realização instituída dos grupos na rotina dos CAPS, ultrapassam a fadiga técnica ou a estrutura do local, são espaços que dão uma identidade aos serviços, que facilitam o sentido de pertencimento do usuário para com seu tratamento.



5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. et al. **Prevalence of ICD-10 mental disorders in a catchment área in the city of São Paulo, Brazil. Soc. Psychiatry Psychiatr Epidemiol.**, v. 37, n. 7, p. 316-325, 2002.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BASTOS, A. B. B. **Interações e desenvolvimento no contexto social da creche à luz de Henri Wallon**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

BECHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 242-249, Abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Abr. 2021.

BENEVIDES, Daisyanne Soares et al. **Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde**. Interface (Botucatu), Botucatu, v.14, n.32, p.127-138, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Abr. 2021.

BERNARDI, Aline Batista e KANAN, Lilia Aparecida. **Características dos serviços públicos de saúde mental (Capsi, Capsad, Caps III) do estado de Santa Catarina**. Saúde em Debate [online]. 2015, v. 39, n. 107 [Acessado 7 Abril 2021], pp. 1105-1116. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-110420151070533>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

CARDOSO, Cassandra; SEMINOTTI, Nedio. **O grupo psicoterapêutico no Caps**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 775-783, Set. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000300025&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 Abr. 2021.

CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid et al. **Concepções de Profissionais de Saúde Mental acerca de Atividades Terapêuticas em CAPS**. Trends in Psychology [online]. 2018, v. 26, n. 2, pp. 911-926. Disponível em: <<https://doi.org/10.9788/TP2018.2-14Pt>>. ISSN 2358-1883. Acesso em 30 Set. 2021.

DALGALARONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais** [recurso eletrônico] 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2019.

LIMA, E. A. **Oficinas, laboratórios, ateliês, grupos de atividades: Dispositivos para uma clínica atravessada pela criação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Altas, 2004. *E-book*.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Giovanna Paula e PEGORARO, Renata Fabiana. **Panorama das Atividades Grupais Desenvolvidas em Centros de Atenção Psicossocial (2006–2016)**. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, e189050. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003189050>>. Epub 13 Dez 2019. ISSN 1982-3703. Acesso em 30 Set. 2021.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



RAMMINGER, Tatiana e BRITO, Jussara Cruz de. "**Cada Caps é um Caps**": uma coanálise dos recursos, meios e normas presentes nas atividades dos trabalhadores de saúde mental. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2011, v. 23, n. spe , pp. 150-160. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400018>>. Epub 29 Mar 2012. ISSN 1807-0310. Acesso em 28 Abr. 2021.

RODOVALHO, A. L. P.; PEGORARO, R. F. Revisão integrativa de literatura sobre a construção de Projetos Terapêuticos Singulares no campo da saúde mental. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 240-248, 2016. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.v12i4p240-248. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/122267>. Acesso em: 17 out. 2021.

SOUSA, Johnatan Martins et al. **Effectiveness of therapeutic groups in psychosocial care: analysis in the light of yalom's therapeutic factors**. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 2020, v. 73, suppl , e20200410. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0410>>. Epub 04 Dez 2020. ISSN 1984-0446. Acesso em 30 Set. 2021.

SOUZA, E. F. A. et al. Desafios do regresso ao Ambiente escolar na vida adulta: estudo de caso com estudantes do EJA. *Revista Eletrônica da Estácio Recife* [online]. 2021, v. 6 n. 3, mar. Edição Especial de Psicologia. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/517> . Acesso em 15 Out. 2021.

ZIMERMAN, David. **A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade**. *Vínculo*, São Paulo , v. 4, n. 4, p. 1-16, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902007000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 out. 2021.

ZIMERMAN, D.E. **Fundamentos Básicos das Grupoterapias**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. *E-book*.

ZIMERMAN, D.E.; OSÓRIO, L. C. e colaboradores. **Como Trabalhamos com Grupos**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. *E-book*.